



DIREITO PENAL

1º Simulado

2ª Fase do XXXII
Exame da **OAB**

DIREITO PENAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Cristiano Rodrigues e Ivan Marques

Pedro, nascido em 13 de outubro de 1950, taxista, primário e de bons antecedentes, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, cansado de viver sempre com muitas dívidas, decide utilizar seu táxi para buscar vinhos argentinos e revendê-los no Brasil, sonegando os respectivos tributos. Logo na primeira tentativa, no dia 27 de fevereiro de 2018, ao cruzar a fronteira brasileira de volta, é preso alguns metros depois, com algumas centenas de garrafas de vinho no porta-malas. Ao ser flagrado, confessa sua intenção de revender os vinhos sem pagar os tributos e é preso em flagrante pelo delito de descaminho (art. 334, do Código Penal). A confissão foi formalizada nos autos de inquérito policial e o suspeito recusou a proposta de acordo de não persecução penal apresentada pelo representante do Ministério Público. A denúncia foi recebida, o réu foi citado porém não conseguiu a sua absolvição sumária.

Em audiência de instrução e julgamento, os policiais rodoviários confirmaram a materialidade e a autoria do réu. A perícia realizada indicou a sonegação de R\$ 18.037,00 (dezoito mil e trinta e sete reais) de tributos. O réu confessou o delito perante o juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca do Rio de Janeiro, informando estar arrependido. Em razão do adiantado da hora, o juiz concedeu prazo para as partes se manifestarem.

O Ministério Público, em sua manifestação derradeira, requereu a condenação de Pedro à pena máxima descrita no tipo penal. Alegou que uma pessoa que tem profissão (taxista) deve ser punido com pena maior dos que os réus sem emprego. Requereu também aumento da pena-base por força da transnacionalidade do delito (Argentina-Brasil).

A defesa foi intimada para apresentar a medida judicial cabível, privativa de advogado, no dia 25 de junho de 2021 (sexta-feira). Considerando apenas as informações narradas, na condição de advogado(a) de Pedro, redija a peça jurídica cabível, apresentando todas as teses jurídicas pertinentes. A peça deverá ser datada no primeiro dia do prazo.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	

12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	



43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	

74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	

105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	

136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 1

Cassandra foi presa em flagrante no Terminal 3 do Aeroporto Internacional de Guarulhos. Foi flagrada entrando no Uber após deixar o aeroporto carregando uma mala que pertencia a Fábio. A prisão foi possível após Fábio avisar as autoridades a respeito de outra pessoa ter pegado a sua mala na esteira de bagagens, após o seu desembarque. Na audiência de custódia, Cassandra afirma que cometeu um deslize pois a sua mala era do mesmo tamanho e da mesma cor da mala de Fábio, porém, por ter sido extraviada, ninguém acreditava em sua versão. A promotora de justiça requerer o arbitramento da fiança, porém o juiz optou por converter o flagrante em prisão preventiva. Diante dos fatos narrados, responda:

- a) No caso da versão de Cassandra ser verdadeira, qual seria a tese de direito material a ser utilizada pela defesa? Qual o respectivo fundamento legal?
- b) Agiu certo o magistrado ao decretar a prisão de Cassandra? Justifique a sua resposta.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 2

Caio, agente da Polícia Federal, foi até a residência de Henrique para cumprir um mandado de busca e apreensão de um computador. Ao tocar o interfone, o policial foi surpreendido com diversos disparos efetuados em sua direção. Caio conseguiu se esconder até que os disparos cessaram. Nesse momento, Henrique abre o portão e começa a fugir, ainda com a arma em sua mão. Nesse momento, Caio efetua um disparo certo na nuca do fugitivo.

A) Caio agiu em legítima defesa? Fundamente a sua resposta. A mera transcrição da lei não será pontuada.

B) Em caso de responsabilidade criminal, para qual juízo deveria o Ministério Público oferecer a denúncia?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 3

Pierre praticou lesão corporal leve em Pietra, sua noiva, motivado por ciúmes. A mulher, com o hematoma no olho esquerdo, procura a Delegacia Especializada em Violência contra a Mulher. Após encaminhá-la para o Instituto Médico Legal para a realização de perícia, e constatar que se tratou de lesão leve, a delegada orientou Pietra a pensar no assunto e decidir se iria apresentar representação, pois sem essa condição não poderia instaurar inquérito policial. A respeito dessa situação, responda:

A) No presente caso, a lesão corporal leve é condicionada à representação da ofendida? Justifique a sua resposta (Valor: 0,65).

B) A Lei Maria da Penha será aplicada ao presente caso? Apresente o critério de aplicação da lei? (Valor: 0,60).

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 4

Leonardo, perito oficial, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, aproveitou-se da distração dos demais funcionários do Cartório da Vara Única da Comarca de Rosário e subtraiu, para si, o telefone celular do Tribunal, utilizado para fazer intimações por WhatsApp durante a pandemia. A subtração foi integralmente gravada por câmeras de segurança instaladas no fórum. Com base somente nos dados fornecido pelo enunciado, responda de forma fundamentada:

- a) A gravação feita pela câmera poderá ser utilizada para comprovar a materialidade e a autoria, ou deve ser considerada uma prova ilícita? Fundamente e justifique a sua resposta. (0,60)
- b) Caso Leonardo restituísse o telefone subtraído para o Tribunal de Justiça, poderia requerer a extinção da punibilidade? Fundamente e Justifique a sua resposta. (0,35)
- c) Qual tese de direito material poderia ser utilizada no caso da restituição do bem ser feita antes do recebimento da denúncia, por ato voluntário do agente? (0,30)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Assinatura OAB: até a aprovação
<http://bit.ly/Assinatura-OAB>